

**DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PEDAGOGOS NO COTIDIANO
ESCOLAR: UM OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
ESTADO DO PARANÁ**

**DIFFICULTIES FACED BY PEDAGOGUES IN THEIR DAILY CLASSES: FROM
THE PERSPECTIVE OF THE EDUCATIONAL POLICIES OF THE STATE OF
PARANÁ**

**DIFICULTADES ENFRENTADAS POR LOS PEDAGOGOS EN EL COTIDIANO
ESCOLAR: UNA MIRADA A PARTIR DE LAS POLÍTICAS EDUCACIONALES DEL
ESTADO DEL PARANÁ**

FERREIRA, Jacques de Lima
drjacqueslima@gmail.com

UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNICURITIBA - Centro Universitário Curitiba
<https://orcid.org/0000-0002-7239-2635>

HADDAD, Cristhyane Ramos
crisrhaddad@hotmail.com

SEED PR - Secretaria de Estado de Educação do Paraná
SME - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba
<https://orcid.org/0000-0002-7581-0548>

CHUPIL, Priscila
pris.chupil@gmail.com

UP - Universidade Positivo
<https://orcid.org/0000-0002-3939-492X>

RESUMO Esta investigação apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória que foi realizada com 103 Pedagogos de diversos colégios estaduais da cidade de Curitiba. Teve o objetivo de identificar e analisar as dificuldades que os Pedagogos enfrentam no cotidiano escolar a partir do trabalho desenvolvido por este profissional da educação. Os dados foram coletados a partir de um questionário online e analisados com base na perspectiva de Bardin (2011), juntamente com o auxílio do software ATLAS.ti. A análise de dados permitiu caracterizar que as dificuldades mais frequentes enfrentadas pelos Pedagogos no cotidiano escolar são: inclusão escolar; violência; aprendizagem e comportamento dos alunos; na relação com os professores e quanto a realizar seu papel na escola.

Palavras-chave: Cotidiano escolar. Dificuldades. Pedagogo.

ABSTRACT This research presents a qualitative research of the exploratory type that was carried out with 103 Pedagogues from several state colleges of the city of Curitiba. The objective was to identify and analyze the difficulties that the Pedagogues face in the daily school life from the work developed by this education professional. Data were collected from an online questionnaire and analyzed based on the perspective of Bardin (2011), together with the aid of ATLAS.ti software. The analysis allowed us to characterize that the most frequent difficulties faced by the Pedagogue in school daily are: inclusion school; violence; learning and behavior; in the relationship with teachers and to fulfill their role in school.

Keywords: School daily. Difficulties. Pedagogue.

RESUMEN Esta pesquisa presenta una investigación de abordaje cualitativo del tipo exploratorio que fue realizada con 103 Pedagogos de diversos colegios estatales de la ciudad de Curitiba. El objetivo de identificar y analizar las dificultades que los Pedagogos enfrentan en el cotidiano escolar a partir del trabajo desarrollado por este profesional de la educación. Los datos fueron recolectados de un cuestionario en línea y analizados en base a la perspectiva de Bardin (2011), junto con la ayuda del software ATLAS.ti. El análisis de datos permitió caracterizar que las dificultades más frecuentes que enfrentan los pedagogos en la vida escolar diaria son: inclusión escolar; violencia aprendizaje y comportamiento del estudiante; en la relación con los maestros y cómo cumplir su papel en la escuela.

Palabras clave: Cotidiano escolar. Las dificultades. Pedagogo.

1 INTRODUÇÃO

A licenciatura em Pedagogia diferencia-se das demais licenciaturas (Português, Matemática, Biologia, Química, História, entre outras) pela amplitude de saberes teóricos e práticos que são necessários para que o Pedagogo possa atuar na complexa realidade da educação que pode ocorrer em espaços formais e não formais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, aponta que a formação de professores para atuar na Educação Básica deve ser realizada em nível superior, no curso de licenciatura, em universidades e institutos superiores de educação. Entretanto, a legislação enfatiza que a formação mínima dos profissionais da educação básica, “em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio” (BRASIL, 1996). Já a formação dos profissionais da educação para administração, planejamento,

inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de Licenciatura em Pedagogia ou em nível de Pós-Graduação (BRASIL, 1996).

Diante da legislação em vigor, da complexidade para formar um Pedagogo devido às demandas sociais e das dificuldades enfrentadas pelo Pedagogo na escola, esta investigação, enquanto pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória, tem por objetivo identificar e analisar as dificuldades que os Pedagogos enfrentam no cotidiano escolar a partir do trabalho desenvolvido por este profissional da educação.

Deste modo, o estudo adota as postulações de pesquisadores da área como Ferreira (2013), Saviani (2012), Silva (2006), entre outros, para compreender o papel do Pedagogo na sociedade a partir de uma perspectiva histórica, social e educacional, assim como diante dos documentos oficiais, legislações, resoluções e pareceres que tratam da formação e do trabalho do Pedagogo. Neste artigo, enfatiza-se o trabalho do Pedagogo¹ da rede estadual de educação básica do Estado do Paraná e os desafios enfrentados por este profissional da educação no cotidiano escolar.

Infere-se que os apontamentos resultantes desta investigação podem, seguindo a perspectiva de Andrade (2002) e Triviños (1990) em relação à pesquisa do tipo exploratória, contribuir para maiores informações e conhecimento sobre a temática investigada, identificação de aportes significativos em relação às dificuldades do Pedagogo no *lócus* escolar e a elucidação de temas do campo investigado.

Tendo em vista os itens tomados a partir das conjecturas de Andrade (2002) e Triviños (1990), acredita-se que os resultados desta pesquisa possam beneficiar pesquisadores e alunos da licenciatura em Pedagogia, na medida em que se torne possível interpretar e reconhecer as dificuldades que o Pedagogo enfrenta no cotidiano escolar e suas particularidades diante do seu trabalho na escola.

Depreende-se que, a partir da identificação e análise das principais dificuldades que o Pedagogo enfrenta no cotidiano escolar, é possível refletir e discutir sobre como realizar ações pedagógicas efetivas que possam sanar tais dificuldades, assim como a proposição de políticas educacionais para a educação no Estado Paraná. Para tanto, esta investigação foi realizada com a participação de 103 Pedagogos de

¹ O Pedagogo que trabalha em Colégios no Estado do Paraná atua no Ensino Fundamental, Anos Finais, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Coordenação Pedagógica.

diversos colégios estaduais da cidade de Curitiba. A análise dos dados apoiou-se na perspectiva de Bardin (2011) com a técnica de Análise de Conteúdo (AC), juntamente com o auxílio do *software* ATLAS.ti na operacionalização dos dados. A próxima seção apresenta as Políticas em relação ao trabalho do Pedagogo no Estado do Paraná.

2 POLÍTICAS PARA O TRABALHO DOS PEDAGOGOS NO ESTADO DO PARANÁ

Para compreender as políticas elaboradas e implementadas para o trabalho dos Pedagogos no Estado do Paraná é preciso fazer uma retrospectiva histórica sobre as alterações propostas na formação e no trabalho dos Pedagogos. Historicamente, o curso de Pedagogia, até a aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia em 2006, formava o Pedagogo especialista. A Resolução Conselho Federal de Educação (CFE) nº 2/69 organizou o curso de Pedagogia com uma parte comum e uma parte diversificada. A parte diversificada contemplava as habilitações específicas de Orientador Educacional, Administrador Escolar e Supervisor Escolar (SILVA, 2006).

A Resolução nº 2/69 do CFE, ao fixar uma estrutura curricular com duas partes distintas, fragmentava a formação do Pedagogo. Tal fragmentação na formação também se expressava no trabalho dos Pedagogos nas escolas. Os Pedagogos que faziam concurso para atuar nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Paraná ocupariam as vagas de orientador escolar, supervisor escolar ou de administrador escolar. Havia uma distinção nas atribuições assumidas, o orientador escolar assumia como função acompanhar e orientar à aprendizagem dos estudantes. Já o supervisor escolar tinha como atividade supervisionar o planejamento e o trabalho do professor em sala de aula. E o administrador escolar ocupava-se das funções ligadas à direção das escolas (BRASIL, 1969).

Habilitava-se tecnicamente o profissional e reduzia-se o seu trabalho à racionalidade técnica do fazer pedagógico. No Estado do Paraná não foi diferente do projeto hegemônico do país. Os supervisores escolares, como implementadores das políticas de estado, assumiam as funções burocráticas, tendo como foco a racionalidade técnica e neutra do trabalho na escola, seguindo uma concepção tecnicista de educação.

Em consequência dessa organização, nas escolas da rede estadual de ensino do Paraná o supervisor escolar era visto como um fiscalizador do trabalho do professor e dedicava-se às questões do currículo e planejamento e o orientador educacional dedicava-se às questões referentes ao acompanhamento aos estudantes dentro de um enfoque assistencialista. O supervisor escolar cumpria os objetivos-fins do Estado como implementador das políticas, estabelecendo uma relação hierarquizada na escola com os professores.

Essa organização no trabalho dos Pedagogos nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Paraná permaneceu até a aprovação do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Em 2004, com a implantação do novo plano os cargos de supervisor escolar, orientador educacional e administrador escolar foram substituídos pelo cargo de professor Pedagogo, implantado por meio da Lei Complementar nº 103/2004 da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) (PARANÁ, 2004).

Paralelamente às mudanças ocorridas na Lei, inicia-se a construção de uma nova identidade ao trabalho do Pedagogo por parte da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, a construção da identidade do Pedagogo unitário, profissional esse responsável pela organização do trabalho pedagógico numa perspectiva de unidade no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e na superação da fragmentação das funções do orientador educacional, supervisor escolar e administrador escolar. Na próxima seção, explana-se sobre o plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica quando da aprovação da Lei Complementar nº 103/2004 no Estado do Paraná.

3 PLANO DE CARREIRA DO PROFESSOR DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ - LEI COMPLEMENTAR Nº 103/2004

A Rede Estadual de Ensino do Paraná, por meio da Lei Complementar nº 103/2004, implantou o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, e foi responsável por alterações importantes para o trabalho dos Pedagogos. Até a década de 1990, atuavam nas escolas estaduais do Paraná os

especialistas da educação nos cargos de orientador educacional e supervisor e administrador escolar (HADDAD, 2016).

A partir de 2004, com a aprovação da Lei Complementar nº 103, as funções de orientador educacional, supervisor e administrador escolar foram unificadas e esses profissionais passaram a ser denominados de “professores Pedagogos”. Torna-se importante destacar que, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e com a aprovação da Lei 9.424/96 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), houve a necessidade das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais elaborarem seus planos de carreira.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) iniciou a construção desse plano de carreira por meio de seminários regionais e estaduais já no ano de 1998. O plano de carreira apresentava questões relativas ao cargo, seu desenvolvimento profissional e ao ingresso na Rede Estadual de Ensino do Paraná por meio de concurso público, além da necessidade de uma política de formação continuada, que seria consolidada anos mais tarde com o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE-PR).

Para os Pedagogos, o novo plano de carreira buscava assegurar benefícios e reajustes iguais aos dos professores, como a aposentadoria especial aos 25 anos. Mas, para além disso, tratava-se ainda de construir uma nova concepção para o trabalho do Pedagogo, que superasse a visão tecnicista e fragmentada do trabalho do Pedagogo instituída na década de 1960 por meio da Resolução CFE nº 2/69 de Valnir Chagas (BRASIL, 1969). Tratava-se de construir uma nova concepção sobre o trabalho do Pedagogo numa perspectiva de trabalho unitário, na qual o processo do ensino-aprendizagem fosse tomado como um todo por esse profissional, não havendo razões para separar as questões relativas do ensino para o supervisor escolar e as questões da aprendizagem para o orientador educacional. Propunha-se, portanto, que o trabalho do Pedagogo precisaria se adequar a uma perspectiva de indissociabilidade entre os processos de ensino e aprendizagem.

Sancionada em 2004, a Lei Complementar 103 veio garantir que o novo plano de carreira dos professores seria suprido no Estado do Paraná por meio de concursos públicos e que ficariam definidas as formas de progressão e promoção por meio da



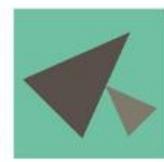
publicação de editais anuais específicos, além da inclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR) como única forma de acesso ao nível três de promoção na carreira. Mais tarde, em 2010, pela Lei nº 130, o PDE/PR foi regulamentado como uma política de formação continuada do Estado (PARANÁ, 2010).

Com a aprovação do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, por meio da Lei Complementar nº 103/2004 em seu artigo 33, os cargos de professores e especialistas da educação foram todos transformados em cargos de professor. E, por meio do artigo 39 da referida lei, foram extintos os cargos de orientador educacional, supervisor escolar e administrador escolar, como já mencionado anteriormente (PARANÁ, 2004).

Em 2004, com a substituição dos especialistas da educação na rede estadual de ensino do Paraná pelo cargo de professor Pedagogo, processo esse regulamentado pela Lei Complementar nº 103/2004 que implanta o Plano de Carreira do Professor e que foi seguido da realização de concursos públicos para provimento de vagas desses profissionais estabelecidos pelos Editais de concurso público, Edital nº 37/2004, Edital nº 10/2007 e Edital nº 17/2013, foram elencadas as atribuições do Pedagogo. A partir do último Edital de concurso público, os autores identificaram as atribuições do Pedagogo no ambiente escolar e sintetizaram tais responsabilidades no Quadro 01.

Quadro 01- Principais atribuições do Pedagogo no Estado do Paraná

1- Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola;
2- Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
3- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
4- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;
5- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
6- Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
7- Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como, sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
8- Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
9- Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
10- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
11- Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;



12- Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

Fonte: Organizado pelos autores a partir do Edital nº 17/2013 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), 2020

Ao realizar uma análise dessas atribuições, constata-se que o foco do trabalho do Pedagogo, segundo os documentos oficiais da Rede Estadual de Ensino do Paraná, deve estar voltado para a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) e para o acompanhamento sistemático do processo do ensino aprendizagem. É importante perceber que a Organização do Trabalho Pedagógico envolve diferentes dimensões, como apontadas no edital de 2013, dentre elas: o projeto político-pedagógico, a proposta pedagógica curricular, o plano de ação, o planejamento do ensino, a avaliação da aprendizagem, a organização do trabalho na hora-atividade, a organização do trabalho nos conselhos de classe. Além disso, o Pedagogo é o profissional responsável por informar os pais sobre os dados do aproveitamento escolar dos estudantes e por fazer o acompanhamento sistemático da aprendizagem, bem como, realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários, de forma a atender as necessidades de cada estudante.

Dessa forma, o professor Pedagogo passa a ser o profissional que responde pela coordenação e pela articulação da Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Paraná na perspectiva da indissociabilidade do processo ensino-aprendizagem. O trabalho do Pedagogo passa a ser organizado em torno de cinco grandes eixos: *Planejamento Escolar; Gestão Democrática; Formação Continuada; Avaliação e Articulação com as Famílias.*

O trabalho do Pedagogo voltado ao *planejamento escolar* envolve a discussão e a escrita coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola, da Proposta Pedagógica Curricular, do Plano de Ação da Escola, do Planejamento de Ensino do professor e do Regimento Escolar. Na *gestão democrática*, o Pedagogo procura articular o trabalho com as instâncias colegiadas por meio do Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Grêmios Estudantil e Conselho de Classe. Em relação à *formação continuada*, o Pedagogo passa a responder pela organização das formações continuadas realizadas dentro do espaço escolar tais como as Semanas e Reuniões Pedagógicas, acompanhamento da hora-atividade do professor e organização e condução do Conselho de Classe.

Em relação à *avaliação*, o Pedagogo é o profissional responsável por acompanhar os resultados da avaliação da aprendizagem dos estudantes, bem como as formas de recuperação de estudos, organizar a avaliação institucional e as avaliações de sistema (larga escala) na escola. No que diz respeito à *articulação com as famílias*, o Pedagogo necessita organizar momentos na escola para comunicar as famílias sobre os resultados de aprendizagem dos estudantes e dar conhecimento sobre o trabalho realizado na escola por meio do Projeto Político Pedagógico. Todas essas atribuições fazem parte da Organização do Trabalho Pedagógico na escola pública paranaense e passam a ser realizadas pelo professor Pedagogo.

No entanto, além das atribuições prescritas ao seu trabalho o Pedagogo passa a desenvolver uma série de atividades cotidianas e rotineiras ligadas a questões disciplinares de alunos, tais como falta de professores na escola, mediação de conflitos entre professores e estudantes, professores e pais, além das questões burocráticas relativas ao trabalho do Pedagogo, como preenchimento de fichas, planilhas, relatórios, acompanhamento ao Registro de Classe *On-Line* (RCO), entre outras. A próxima seção apresenta a Organização do Trabalho Pedagógico desempenhado pelos Pedagogos nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

4 O TRABALHO DO PEDAGOGO NO COTIDIANO ESCOLAR

Como explicitado anteriormente, o trabalho do Pedagogo na Rede Estadual de Ensino do Paraná está ligado à Organização do Trabalho Pedagógico, o qual envolve os processos de formação continuada, o planejamento escolar, a avaliação, a gestão democrática e a articulação com as famílias. O Pedagogo escolar tem uma importância fundamental na gestão pedagógica da escola e dentro dessa gestão, a Organização do Trabalho Pedagógico deve ter em vista a função social realizada pela escola na garantia do direito de aprendizagem de todos os estudantes.

Para que isso ocorra, o Projeto Político-pedagógico ocupa papel central, enquanto construção coletiva que direciona o trabalho da escola. Para Ferreira (2012), a gestão da educação ocorre também na sala de aula na qual o Projeto Político-pedagógico se objetiva. A mesma autora enfatiza que a gestão acontece em todos os

âmbitos da escola, chama a atenção para a relevância do trabalho do Pedagogo e do professor enquanto gestores pedagógicos (FERREIRA, 2012). O Pedagogo é o mediador da Organização do Trabalho Pedagógico com o professor, e da mesma forma, o professor é o mediador dos conhecimentos expressos na proposta pedagógica curricular da escola com os estudantes.

O Pedagogo irá ajudar o professor na elaboração do seu Plano de Trabalho Docente (PTD), observando as necessidades e dificuldades encontradas com o objetivo de possibilitar a reflexão e a retomada do planejamento, promovendo espaços na hora-atividade para o debate coletivo e para a busca de soluções aos problemas de ensino-aprendizagem. A especificidade do trabalho do Pedagogo, segundo Saviani (2007), encontra-se no domínio das formas por meio das quais o saber sistematizado é convertido em saber escolar. Os professores das áreas específicas do conhecimento dominam o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, no entanto, isso não é garantia de que eles utilizem as formas mais adequadas de transmitir o conteúdo aos estudantes. O Pedagogo pode ajudar o professor a encontrar as melhores formas de trabalho e, dessa forma, garantir que a aprendizagem se concretize.

O Pedagogo é essencial na democratização do ensino para todos os estudantes. É a este profissional que cabe a tarefa de organizar o processo pedagógico dentro da escola para que todos os profissionais que ali trabalham conheçam a concepção de ensino que orientará o seu trabalho, o aluno que se deseja formar, do papel que o professor deverá assumir, ou seja, do projeto político-pedagógico que irá fundamentar a organização do trabalho. O Pedagogo tem a responsabilidade de subsidiar as discussões e decisões disponibilizando ao coletivo as informações que envolvem ensino-aprendizagem. A ele cabe apresentar propostas que envolvem a Organização do Trabalho Pedagógico a serem debatidas nas reuniões do conselho escolar (HADDAD, 2016).

Ainda em relação ao trabalho do Pedagogo na escola, o atendimento educacional especializado destina-se a estudantes de inclusão escolar e estudantes com dificuldades de aprendizagem. São considerados estudantes de inclusão escolar aqueles que possuem uma deficiência sensorial (auditiva ou visual), deficiência



intelectual, deficiência motora/física, ou transtornos globais do desenvolvimento (exemplo: autismo) (BRASIL, 1996).

Nesses casos, o Pedagogo irá orientar os professores que irão trabalhar com esses estudantes sobre as adequações curriculares e metodológicas necessárias a serem realizadas para que se garanta o direito de aprendizagem de cada um. É necessário também orientar as famílias sobre os atendimentos educacionais especializados a que esses estudantes têm o direito de frequentar no período contrário ao da aula, em salas de recursos ou sala de recursos multifuncionais.

A inclusão e as adequações metodológicas ainda representam um grande desafio a ser enfrentado pelo Pedagogo nas escolas devido à resistência de muitos professores a realizá-las, a grande maioria justifica estar despreparado para realizar esse trabalho devido à falta ou insuficiência da formação inicial e continuada.

De fato, a formação inicial e a formação continuada são fundamentais para uma melhoria da qualidade do trabalho realizado em sala de aula, pois, embora a reflexão sobre os problemas que aparecem na prática e tenham o cotidiano escolar como ponto de partida, não se pode ficar restrito a ela. É preciso buscar na teoria os elementos que permitam melhor compreender a prática para poder transformá-la (TARDIF; LESSARD, 2005).

Portanto, é preciso ter conhecimento teórico-prático e realizar estudos sobre inclusão escolar, assim como sobre as necessidades educacionais desses estudantes para que o professor possa melhor atendê-los na escola e, de fato, incluí-los. É preciso garantir o direito de aprender desses estudantes nas escolas. O Pedagogo é fundamental nessa sensibilização dos profissionais da escola para a importância dessas questões e para a garantia de que esses alunos sejam bem acolhidos nas salas de aulas pelos demais estudantes.

Ainda há muito preconceito e exclusão na escola, o Pedagogo pode ajudar os professores a mudar essa realidade, entretanto, é preciso formar os professores, ler, estudar junto com eles, abrir espaço para que coloquem suas dificuldades no trabalho com esses estudantes e buscar formas de ajudá-los a realizar as adequações necessárias no trabalho com o conteúdo em sala de aula.

O compromisso do Pedagogo com a efetivação da aprendizagem de todos os estudantes significa repensar as formas de avaliação da aprendizagem. Não se avalia



apenas para atribuir uma nota, avalia-se para detectar as dificuldades de aprendizagem encontradas pelos estudantes com o objetivo de retomar o trabalho pedagógico realizado em sala de aula (LIBÂNEO, 2010).

O Pedagogo assume papel fundamental na avaliação da aprendizagem, pois estará colaborando para a superação da avaliação como classificação, ou seja, a superação de uma avaliação classificatória e excludente. A avaliação que se pretende é uma avaliação formativa, diagnóstica e cumulativa na qual os padrões qualitativos preponderam sobre os quantitativos, pois a nota é apenas uma dimensão da avaliação e não é a mais importante. O que, de fato, necessita ser levado em consideração numa perspectiva formativa da avaliação são os avanços realizados pelo estudante no seu processo de aprendizagem.

Além da avaliação da aprendizagem, cabe ao Pedagogo acompanhar a avaliação institucional e a avaliação de Redes da Educação Básica. O Pedagogo, junto com a direção da escola, é o articulador do processo da avaliação da aprendizagem, da avaliação institucional e das avaliações de sistema na escola criando dispositivos que possibilitem sua realização, análise dos dados e tomada de decisões frente aos resultados.

Segundo Ferreira (2013), a gestão da educação deve ser responsável por garantir um mecanismo de hominização do ser humano. Portanto, Pedagogo e professores necessitam buscar as mediações necessárias para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na escola. Essa parceria deve traduzir-se num processo contínuo de reflexão e questionamento do professor e do Pedagogo sobre suas práticas pedagógicas.

No entanto, para que esse processo possa de fato se efetivar, é fundamental poder contar com o apoio da direção da escola, pois o trabalho do Pedagogo nessa perspectiva mediadora nas questões do ensino-aprendizagem junto aos professores torna-se inviável se não contar com uma direção que esteja comprometida com o processo pedagógico da escola e que tenha como propósito máximo de suas ações a aprendizagem efetiva dos estudantes e a oferta de um ensino de qualidade. É preciso avançar no sentido de que se construa uma nova visão sobre o trabalho dos Pedagogos como articuladores e mediadores da Organização do Trabalho Pedagógico promovendo a discussão, reflexão e tomadas de decisões coletivas



dentro da escola. A seguir, a próxima seção apresenta a metodologia de pesquisa utilizada.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem qualitativa do tipo exploratória de natureza interpretativa desta investigação, a partir das dificuldades que os Pedagogos enfrentam no cotidiano escolar, atende às postulações de Bogdan e Biklen (1994) quanto ao fato de que para a realização de uma pesquisa qualitativa exploratória devem ser consideradas características como: a) a fonte de dados é o ambiente natural para esta abordagem de investigação; b) a condição descritiva da pesquisa; c) os pesquisadores focam os resultados a partir do processo e não somente a partir dos resultados encontrados; d) os dados são analisados de forma indutiva e; e) os pesquisadores precisam considerar a diversidade de opiniões sobre o fenômeno investigado, seja quanto a aspectos positivos ou negativos associados ao objeto de estudo em análise.

A presente pesquisa contou a participação de 103 Pedagogos, de diversos colégios estaduais da cidade de Curitiba no Estado do Paraná. Como instrumento de coleta de dados, os Pedagogos responderam um questionário *online* que foi enviado por *e-mail*. O instrumento de coleta de dados foi validado pelos pesquisadores responsáveis pela investigação e ele apresentava perguntas abertas e fechadas que foram criadas para responder o objetivo desta pesquisa. O questionário foi enviado para 200 Pedagogos e somente 103 responderam o questionário *online*.

A partir do instrumento de coleta de dados respondido pelos Pedagogos foi possível identificar que esses profissionais da educação apresentam mais de 03 anos de experiência como Pedagogos em Colégios Estaduais da cidade de Curitiba. Destes profissionais, 90% deles possuem especialização em diferentes áreas do conhecimento (Educação Especial, Alfabetização e Letramento, Gestão Escolar, Orientação e Supervisão Escolar) e 05% possuem Mestrado e Doutorado. O anonimato dos participantes da investigação ocorreu durante todas as fases da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado por *e-mail* junto com o questionário *online*. A investigação realizada foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa diante do parecer número: 1.801.624.

Nas questões descritivas números 06 e 07 do questionário *online* foram indagadas aos Pedagogos as seguintes perguntas: 6- *Qual dificuldade você mais enfrenta no cotidiano escolar diante do seu trabalho como Pedagogo(a)?* 07- *Como você procura resolver tal dificuldade a partir do seu trabalho como Pedagogo(a)?*

Para a operacionalização da análise de dados, a partir da técnica de Análise de Conteúdo (AC) diante da perspectiva de Bardin (2011) e da identificação de categorias temáticas voltadas às dificuldades enfrentadas pelo Pedagogo no cotidiano escolar, o *software* ATLAS.ti foi utilizado para ajudar na categorização e na interpretação de dados qualitativos.

De acordo com Bardin (2011), a AC constitui-se por meio de um conjunto de técnicas de análise, na qual se utilizam procedimentos sistemáticos, com vistas a descrever o conteúdo de mensagens em forma de textos, imagens, gravações, etc. Diante desta perspectiva, Bardin (2011, p. 37), esclarece que a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto”.

A análise de conteúdo pode apresentar diferentes etapas, não existe uma técnica preestabelecida a ser seguida e, dentro de uma abordagem de pesquisa qualitativa, ela permite que o pesquisador tenha diferentes possibilidades de explorar o fenômeno pesquisado. Tendo em vista as possibilidades e as características da análise de conteúdo, este artigo tomou como balizadoras as etapas da técnica proposta por Bardin (2011), sendo composta por três fases, sendo elas: *pré-análise*, *exploração do material e tratamento dos resultados*.

Na *pré-análise* o pesquisador deverá organizar e preparar o material que será analisado para que ele possa operacionalizar e sistematizar “as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador” (BARDIN, 2011, p. 125). Nesta fase, o pesquisador ainda realiza a leitura flutuante do material que será submetido para análise. A leitura flutuante “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 126).

Segundo Bardin (2011, p. 131), a *exploração do material* é compreendida como “[...] a fase de análise propriamente dita, não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador [...]”. Nesta fase de exploração ocorre a codificação e categorização dos dados selecionados para análise. A codificação corresponde à organização sistemática dos dados para posteriormente categorizar. Na codificação, o pesquisador pode criar códigos para enumerar e agrupar os dados para atingir uma representação. Os códigos representam um sistema de símbolos que permite a representação de uma informação.

A categorização possibilita que os códigos sejam agrupados para consolidar um significado. De acordo com Bardin (2011, p. 147), a categorização consiste em “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos”.

Por fim, a fase de *tratamento dos resultados* caracteriza-se pela validação dos dados analisados, na qual o pesquisador “[...] tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previsto ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131).

A análise de conteúdo realizada nas respostas do questionário *online* contou com o auxílio do *software* ATLAS.ti. Este *software* permite a análise de dados textuais, gráficos, áudios e vídeos. O ATLAS.ti possui funcionalidades que auxiliam na organização, sistematização e no gerenciamento de dados de pesquisas qualitativas. Além disso, o *software* em questão possibilita a identificação de fenômenos complexos e interrelações entre a totalidade de dados analisados, tornando possível detectar variáveis dificilmente identificáveis por meio de uma simples e manual análise de dados.

Diante desta perspectiva, da utilização de *software* para análise de dados, Lage (2011, p. 208) acrescenta que “[...] estas ferramentas computacionais tendem a ser especialmente úteis quando se tem uma pesquisa qualitativa com volume de dados significativo ou quando é necessário cruzar informações a partir dos atributos dos

sujeitos”. Os pesquisadores realizaram a técnica de Análise de Conteúdo com o auxílio do *software* ATLAS.ti em 06 fases que serão descritas a seguir.

Fase 1 - *Coleta dos dados* - Depois que os pesquisadores receberam o questionário *online* respondido, todas as respostas do questionário receberam uma identificação que tinha o objetivo de preservar o anonimato dos participantes. As respostas das perguntas 6 e 7 do questionário receberam a seguinte identificação, como exemplo, P80RP6, que significa: P - Pedagogo 80 - número que corresponde à identificação do participante e RP6 - resposta da pergunta número 6 do questionário, essa identificação também ocorreu na pergunta 07 e a partir da identificação criada foi possível identificar informações do Pedagogo e as suas respostas para cada pergunta do questionário.

Fase 2 - *Pré-Análise: preparação dos dados para análise* - Nesta fase, os pesquisadores realizam a leitura flutuante das respostas do questionário *online* de cada participante.

Fase 3 - *Pré-análise: utilização do software ATLAS.ti* - As respostas das perguntas 06 e 07 do questionário *online* foram salvas em formato PDF e dispostas ao *software* ATLAS.ti. Todas as respostas das duas perguntas do questionário foram selecionadas no *software* para que posteriormente fossem codificadas.

Fase 4 - *Exploração do Material: Codificação* - Nesta fase foram criados códigos a partir das respostas dos Pedagogos. Para a criação dos códigos, os pesquisadores realizaram uma leitura crítica das respostas selecionadas, criando códigos que expressavam as dificuldades do Pedagogo no cotidiano escolar e como ele procura resolver tais obstáculos. Conforme acontecia a leitura das respostas, os pesquisadores poderiam utilizar códigos que já foram criados. Para as respostas das perguntas 06 e 07 do questionário *online* foram criados 22 códigos. Alguns exemplos dos códigos criados são: Inclusão Escolar, Formação Continuada, Violência, entre outros.

Fase 5 - *Exploração do Material: Categorização* - Esta fase tem o objetivo de unir os códigos, ou seja, formar conjuntos de códigos que apresentam incidência e semelhança sobre um determinado assunto respondido pelos Pedagogos para, posteriormente, consolidar um significado. Depois que todas as respostas foram

codificadas e categorizadas visualizaram-se no *software* ATLAS.ti os códigos que apresentaram maior incidência diante das respostas dos Pedagogos.

Fase 6 - *Tratamento dos Resultados: Análise de Conteúdo* - Os conjuntos de códigos formados foram submetidos a quatro procedimentos, sendo estes: a) leitura detalhada dos resultados obtidos na categorização; b) análise reflexiva, por parte dos pesquisadores, das respostas; c) identificação e criação de categorias de convergência, para fins de consolidação de um significado; e d) criação de categorias de significados. A seguir, a próxima seção apresenta a análise dos dados e os resultados.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à análise de dados, no que tange às fases descritas acima na seção de metodologia e de análise das 206 respostas das questões descritivas nº 06 e nº 07 do questionário *online*, a partir da técnica de Análise de Conteúdo com o auxílio do *software* ATLAS.ti, constatou-se categorias que se constituíram como indicadores. A partir da estratégia metodológica foi possível identificar separadamente no *software* ATLAS.ti os códigos que apresentam maior incidência entre as respostas dos Pedagogos. Na pergunta 06 realizada: “Qual dificuldade você mais enfrenta no cotidiano escolar diante do seu trabalho como Pedagogo(a)?”, foi possível identificar pela análise de dados realizada no *software* ATLAS.ti que os códigos que apresentaram incidência e semelhança entre as respostas dos Pedagogos foram respectivamente: (i) inclusão escolar 41 incidências; (ii) violência 25; (iii) aprendizagem e comportamento dos alunos 18; (iv) na relação com os professores 12 e (v) de realizar seu papel na escola 07, totalizando as 103 respostas em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos Pedagogos no cotidiano escolar.

O código que apresentou maior incidência e semelhança foi “Inclusão Escolar”, e será apresentado em um quadro em forma de 02 elementos textuais identificados a partir das respostas dos Pedagogos que foram utilizadas como exemplos para a criação das categorias que advém da análise de dados da pergunta 07 do questionário *online*, que foi “Como você procura resolver tal dificuldade a partir do seu trabalho como Pedagogo(a)?” A seguir, apresentam-se as respostas dos Pedagogos quanto à



resolução das dificuldades a partir do trabalho pedagógico no cotidiano escolar em relação à inclusão escolar, pois, a partir da análise de dados, esse código foi o que teve maior incidência e semelhança diante das respostas dos Pedagogos, com 41 incidências.

6.1 A Inclusão Escolar como sendo uma das dificuldades do Pedagogo no cotidiano escolar

No Quadro 02 são apresentados 02 fragmentos discursivos para cada categoria, que foram extraídos das respostas dos Pedagogos, os quais estão associados ao código “Inclusão Escolar” e ilustra também como os Pedagogos procuram resolver as dificuldades do cotidiano escolar em torno da Inclusão Escolar por meio da identificação das seguintes categorias: Sala de Recursos Multifuncionais, Orientação para o Trabalho Docente e Atendimento Especializado.

Convém observar que, o Quadro 02, além de apresentar os fragmentos discursivos, informa a quantidade de incidências que o código apresentou para cada categoria e a identificação da resposta do Pedagogo, conforme mencionado na seção de metodologia. Os fragmentos discursivos apresentam palavras em destaque, que estão associadas ao código e à categoria.

Quadro 02 - Como o Pedagogo procura resolver as dificuldades relacionadas à Inclusão Escolar a partir do seu trabalho no cotidiano escolar

Código: Inclusão Escolar
Categoria 1: Sala de Recursos Multifuncionais
Quantidade de incidência que o código teve: 22
“Uma dificuldade que eu me tenho na minha escola é a inclusão escolar . A partir do meu trabalho como pedagoga eu procuro resolver as minhas dificuldades relacionadas à inclusão escolar dos alunos da educação especial a partir das contribuições da sala de recursos multifuncionais , pois este espaço permite o atendimento das necessidades educacionais específicas do aluno por profissionais especializados” P66RP7.
“A dificuldade que mais enfrento no meu trabalho como pedagoga está relacionada à inclusão escolar . Na minha escola tem uma sala de recursos multifuncionais e quando tenho dificuldades relacionadas à inclusão escolar de alunos da educação especial eu encaminho para a sala de recursos multifuncionais ” P28RP7.
Categoria 2: Orientação para o Trabalho Docente



Quantidade de incidência que o código teve: 10
“No meu colégio eu enfrento muitas dificuldades em torno na inclusão escolar dos alunos da educação especial. Procuo resolver essa dificuldade orientando os professores , como eles devem realizar o trabalho docente com os alunos da educação especial, em relação ao processo de ensino e aprendizagem” P79RP7.
“No colégio em que sou Pedagogo eu enfrento bastante dificuldade para realizar a inclusão escolar , não é fácil lidar com questões que envolvem essa temática. Eu, particularmente, procuro solucionar essa questão orientando os professores do meu colégio a respeito do trabalho que o professor deve realizar ao aluno” P100RP7.
Categoria 3: Atendimento Especializado
Quantidade de incidência que o código teve: 09
“Na minha escola eu tenho dificuldade para trabalhar a inclusão escolar . Procuo sempre que necessário encaminhar os alunos da educação especial para o atendimento especializado . É uma possibilidade para ajudar a resolver a minha dificuldade vivida no meu cotidiano como pedagoga” P13RP7.
“Tenho vários casos de inclusão escolar no meu colégio, essa é a minha maior dificuldade. Para ajudar nos casos da inclusão, sempre que é possível, solicito a ajuda de um profissional especializado para realizar o atendimento do aluno , como médico, psicólogo, terapeuta, entre outros” P56RP7.

Fonte: Os Autores, 2020

No Quadro 02, é possível verificar que quanto ao código Inclusão Escolar, a categoria 1, sob o título “Sala de Recursos Multifuncionais”, apresentou 22 incidências em relação ao trabalho do Pedagogo para procurar resolver as dificuldades relacionadas à inclusão escolar, sendo esta a de maior número, a partir da técnica de Análise de Conteúdo realizada. Neste sentido, infere-se que os Pedagogos deixam evidente que eles procuram resolver as dificuldades relacionadas à inclusão escolar dos alunos da educação especial a partir do encaminhamento do aluno para as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

As salas de recursos multifuncionais são sala de aulas especializadas em que professores com formação específica atendem pedagogicamente os alunos da educação especial. Conforme a instrução número 07 de 2016 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e Superintendência da Educação (SUED), as SRM são: “uma oferta de natureza pedagógica que complementa a escolarização no ensino comum na rede pública estadual de ensino para estudantes com deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos” (PARANÁ, 2016). As SRM têm o objetivo de apoiar



as instituições de ensino, complementando a escolarização de estudantes da Educação Especial matriculados nas instituições da rede pública estadual de ensino.

Os trabalhos realizados nas Salas de Recursos são fundamentais para as superações das dificuldades de aprendizagem dos estudantes. O professor da Sala de Recursos adota uma metodologia diferenciada do ensino regular por meio da utilização de jogos e materiais manipuláveis que possibilitam uma melhor compreensão do conteúdo apresentado. Mas, para que esse trabalho possa de fato se converter em uma aprendizagem satisfatória para o estudante, é necessária a articulação entre o professor da Sala de Recursos e o conteúdo que está sendo trabalhado pelo professor da sala de aula, nesse sentido o pedagogo realiza um papel muito importante, pois ele será o profissional que realizará essa mediação, repassando ao professor da Sala de Recursos as dificuldades encontradas pelos estudantes na sala de aula e apontando para as necessárias mediações ao conteúdo para que a aprendizagem se efetive.

Com relação à categoria 2, de título “Orientação para o Trabalho Docente”, que apresentou 10 incidências, as narrativas evidenciam que os Pedagogos realizam orientações dos professores para que eles possam realizar o trabalho deles no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão escolar.

Os alunos de inclusão (deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento) ou com dificuldades de aprendizagem tais como: dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Déficit de Atenção (TDA) necessitam de adequações metodológicas, curriculares e avaliativas.

Cabe ao Pedagogo informar aos professores sobre cada caso específico dos estudantes matriculados na escola, bem como sobre as necessárias adaptações, o que implica rever as estratégias metodológicas empregadas, os conteúdos curriculares ensinados e a avaliação da aprendizagem de acordo com as dificuldades enfrentadas e possibilidades de cada estudante. Tal trabalho é amparado pela Deliberação n 02/03 da Secretaria do Estado da Educação do Paraná, a qual determina, no seu art. 11, que “para assegurar o atendimento educacional especializado os estabelecimentos de ensino deverão prever e prover: flexibilização e

adaptação curricular em consonância com a proposta pedagógica da escola” (PARANÁ, 2003).

Já a categoria 3, sob o título “Atendimento Especializado”, que apresentou 09 incidências, sendo a de menor número, no que tange ao código Inclusão Escolar, os Pedagogos ressaltam que diante das dificuldades no processo de Inclusão Escolar, eles encaminham ao atendimento especializado os alunos da educação especial quando necessário. O atendimento educacional especializado diz respeito a todos os atendimentos educacionais ou clínicos que o estudante necessita realizar, dessa forma fazem parte do atendimento educacional especializado: as Classes Especiais, as Escolas Especiais, as Salas de Recursos Multifuncionais, a Pedagogia Especializada, entre outras.

O Pedagogo encaminha o estudante para a realização de uma Avaliação Psicoeducacional no Centro Estadual de Avaliação e Orientação Pedagógica (CEAOP). A partir do resultado da Avaliação Psicoeducacional, há a indicação dos atendimentos educacionais especializados que o estudante deverá frequentar. Além dos atendimentos educacionais especializados, podem ser solicitadas avaliações e atendimentos com profissionais da saúde por meio dos postos de saúde, tais como Psicologia, a Fonoaudiologia, a Neurologia, a Psiquiatria e outros mais que forem necessários. De posse dessa avaliação, cabe ao pedagogo chamar as famílias e realizar os devidos encaminhamentos para que o direito da criança/jovem seja assegurado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como problema de pesquisa a seguinte indagação que orientou a investigação: Quais são as dificuldades que os Pedagogos mais enfrentam no cotidiano escolar? A partir dessa problemática, diante da análise dos dados alicerçada na Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), foi possível identificar que as dificuldades mais frequentes enfrentadas pelo Pedagogo no cotidiano escolar são: (i) inclusão escolar; (ii) violência; (iii) aprendizagem e comportamento dos alunos; (iv) na relação com os professores e (v) de realizar seu papel na escola.



A partir da técnica de Análise de Conteúdo, o código Inclusão Escolar foi entre os demais códigos o que teve maior incidência e semelhança diante das respostas dos Pedagogos sobre como esse profissional da educação procura resolver tal dificuldade no cotidiano escolar. A análise dos dados revelou que os Pedagogos procuram resolver as dificuldades em relação à Inclusão Escolar encaminhando os alunos da Educação Especial para as Salas de Recursos Multifuncionais quando necessário. Daí a importância das Salas de Recursos Multifuncionais para contribuir na Inclusão Escolar e na aprendizagem do aluno da Educação Especial.

Foi possível identificar também, a partir na análise dos dados, que os Pedagogos orientam os professores para que eles possam realizar o trabalho pedagógico em sala de aula com os alunos da Educação Especial, assim como também encaminham o discente para o encaminhamento especializado quando existe a necessidade da orientação e do trabalho de outros profissionais qualificados para ajudar tanto na Inclusão Escolar quanto no processo de aprendizagem.

A partir dessa investigação foi possível identificar que as dificuldades do Pedagogo no Estado estão relacionadas à Inclusão Escolar, sendo esta uma dificuldade recorrente enfrentada por este profissional da educação no cotidiano escolar. Com as alterações que ocorreram no trabalho dos Pedagogos, novos desafios se colocaram à escola pública e aos seus profissionais, dentre eles a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, os Pedagogos deparam-se com diversos desafios na sua prática para garantir que a inclusão, de fato, se realize, o que evidencia a necessidade do maior investimento das políticas públicas na valorização e fortalecimento do trabalho desse profissional no acompanhamento ao ensino-aprendizagem e nas mediações necessárias ao trabalho dos professores. É preciso garantir que o Pedagogo possa, efetivamente, se dedicar às questões da inclusão escolar orientando o trabalho do professor quanto às adequações curriculares, metodológicas e avaliativas para que o direito desses estudantes seja assegurado.

JACQUES DE LIMA FERREIRA

Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - Portugal, Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR e Coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNICURITIBA.

CRISTHYANE RAMOS HADDAD

Possui graduação em Pedagogia pela UFPR, Mestrado e Doutorado em Educação pela UTP. Atualmente é Pedagoga da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

PRISCILA CHUPIL

Mestre em Educação, pela Universidade Católica do Paraná, Pedagoga pela UFPR. Pós-Graduada em Psicopedagogia no IBPEX e em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR. Atualmente é professora do Ensino Fundamental no Colégio Suíço Brasileiro de Curitiba, professora do curso de Pedagogia da Universidade Positivo e Psicopedagoga na Clínica na Projetiva Terapias Integradas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas, 2002.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Editora Porto, 1994.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969*. Documenta, nº 100, p. 113-117, 1969.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394>>. Acesso em: 30. Ago. 2018.

FERREIRA, N. S. C. *Supervisão Educacional: uma reflexão crítica*. Petrópolis: Vozes, 16.ed. 2012.

FERREIRA, N. S. C. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, M. *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*, 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. p. 38-62.

HADDAD, C. R. *Políticas para o Trabalho dos Pedagogos na Rede Estadual de Ensino do Paraná (2004-2015): intensificação, burocracia e possibilidades de superação*. Curitiba: CRV, 2016.

LAGE, M. C. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.12, n. esp., p. 198-226, mar. 2011.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARANÁ. *Deliberação nº 02/03 de 02 de junho de 2003* - estabelece normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/delibera/022003.pdf>>. Acesso em: 30. Ago. 2018.

PARANÁ. *Lei Complementar nº 103 de 15 de março de 2004* - Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº 6687 de 15/03/2004.

PARANÁ. *Lei Complementar nº 130 de 14 de Julho de 2010* - Institui e dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº 7487 de 14/07/2010.

PARANÁ. *Instrução nº 07 de 2016 - SEED/SUED - Sala de Recursos Multifuncionais*. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº 68887 de 26/04/2016.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, nº 130, p. 99-134, Jan/Abr, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>>. Acesso em 30/08/2018.

SAVIANI, D. *A Pedagogia no Brasil: história e teoria*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, C. S. B. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TARDIF, M; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.